

Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Exma. Senhora Procuradora-Geral da República
Exmo. Senhor Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Exma. Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados
Exmas. Senhoras e Senhores Juízes Conselheiros
Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Relação do Porto
Exma. Senhora Chefe de Gabinete da Sra. Ministra da Justiça,
por si e em representação da Sra. Ministra
Exmo. Senhor Chefe de Gabinete do Presidente do Supremo
Tribunal de Justiça
Exmo. Senhor Vice-Presidente do Tribunal da Relação do Porto
Exma. Senhora Vice-Presidente do Tribunal da Relação
de Coimbra, por si em representação do Sr. Presidente
Exma. Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa
Exmas. Senhoras e Senhores Juízes Desembargadores
Presidentes das Secções deste Tribunal
Exmo. Senhor representante da Câmara dos Solicitadores
Exmas. Senhoras e Senhores Juízes Desembargadores,
Senhoras e Senhores Procuradores-Gerais Adjuntos
e Senhoras e Senhores Funcionários deste Tribunal
Ilustres Convidados
Minhas Senhoras e meus Senhores

A presença de V. Excias. honra e prestigia este acto solene da tomada de posse do Vice-Presidente deste Tribunal e o próprio Tribunal.

Bem hajam pela vossa generosa presença!

O Senhor Desembargador JOSÉ MARIA SOUSA PINTO cessa hoje as suas funções de Vice-Presidente deste Tribunal da Relação de Lisboa ao fim de um mandato de cinco anos.

Ao longo destes anos comigo partilhou, de forma leal, entusiasta e intensa, ideias e objectivos que pusemos ao serviço da instituição que servimos: o Tribunal da Relação de Lisboa.

Por mim, pelos nossos Pares, pelos Senhores Magistrados do Ministério Público e pelos Senhores Funcionários, agradeço, reconhecidamente, tudo quanto pôs ao serviço da causa da Justiça e do Tribunal da Relação de Lisboa.

Na continuação das suas funções de Juiz Desembargador neste Tribunal, desejo-lhe as maiores felicidades e daqui lhe envio um abraço amigo.

Mas hoje reunimo-nos neste acto solene para, mais uma vez, celebrar um dos momentos relevantes na vida e na história do Tribunal da Relação de Lisboa.

As Instituições sobrepõem-se àquelas e àqueles que delas fazem parte. Permanecem para além daquelas e daqueles que, nos seus diversos ciclos, as constituem.

Mas não podemos esquecer que são as pessoas e os seus dirigentes, estes de um modo especial, que, com maior ou menor relevância, com a sua dedicação, a sua competência e determinação, preparam, orientam, revitalizam e adequam, em cada tempo, as Instituições aos seus fins.

Por isso, este singelo acto de tomada de posse de um Vice-Presidente deste Tribunal significa a vitalidade da Instituição que, nos seus vários ciclos de vida, se vai sucessivamente renovando.

Foi V. Excia., Senhor Desembargador ORLANDO NASCIMENTO, eleito pelos seus Pares e tomou hoje posse como Vice-Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa.

Felicito-o vivamente pela confiança que mereceu dos seus Pares e aqui lhe manifesto a honra e o privilégio de presidir a este acto de posse. Desejo-lhe as maiores felicidades no desempenho das funções em que acaba de ser empossado. Tenho a certeza que, com o seu

trabalho, o seu saber e a sua dedicação, contribuirá para o prestígio deste Tribunal da Relação, tal como o têm feito muitos outros Ilustres Desembargadores que o precederam nestas funções.

Estou certo também que o trabalho que irá desenvolver nestas novas funções honrará este Tribunal, honrará a Justiça e com ele V. Excia. se sentirá também honrado!

Tal como sempre fiz com anteriores Vice-Presidentes, com quem tenho tido a honra e o privilégio de ter trabalhado, o meu Gabinete, o meu modesto saber e a minha experiência estarão inteiramente ao seu dispor.

Trabalhar para o bom funcionamento deste Tribunal da Relação significa também contribuir para o bom funcionamento da Justiça pela qual os cidadãos tanto anseiam! Mas tal implica uma total abnegação. Tem sido com este espírito que sempre trabalhei e sei que é também esta a disposição de V. Excia., Senhor Vice-Presidente, Desembargador Orlando Nascimento.

A Justiça não se faz sozinha, nem apenas por um!

A Justiça é o caminhar contínuo de cada um e de todos nós, juízes, ao lado das outras profissões que connosco também caminham: os procuradores, os advogados, os funcionários, os solicitadores, os notários, os conservadores e todos aqueles e aquelas que, no seu dia-a-dia, contribuem para que a Justiça se eleve.

Neste caminhar, também a comunicação social tem um papel de relevo uma vez que dá a conhecer muito do que se faz na Casa da Justiça.

Como sempre tenho defendido, o unir todos estes saberes é essencial para que o olhar do Cidadão para a Justiça se altere e se restabeleça o mútuo respeito que tanto desejamos. E sei que há-de chegar o momento em que, através do nosso trabalho, da nossa competência, da nossa dedicação e da nossa persistência havemos de devolver aos cidadãos o respeito que é devido à Justiça e que esta lhes merece.

A afirmação simples de que “o Homem é a medida de todas as coisas”, referindo-se ao homem comum, renasce hoje com outras roupagens quando, curiosamente, em recente conversa aberta entre António

Spadaro e Jorge Mário Bergoglio, mais conhecido como Papa Francisco, este lança um apelo global afirmando o óbvio. E, porque é óbvio, muitos o esquecemos: “temos de ser normais”.

Trata-se de um compromisso ético dirigido a cada cidadão e que, necessariamente, passa também pelos Juízes, enquanto seres humanos.

Reconduzindo esta ideia de «normalidade» à Justiça, temos como corolário lógico que a Lei tem de ser respeitada. Nesta afirmação, porém, tem de estar contemplado o Homem a quem a mesma se destina.

É neste contexto que devemos pedir a quem aplica a Lei que “seja normal”, no sentido de ser alguém conhecedor da mesma, com a experiência do seu tempo, ciente das angústias e das armadilhas em que o destinatário das suas decisões está inserido, para que, assim, seja capaz de proferir uma sentença que o cidadão compreenda e, assim a possa aceitar.

Este é o desafio do nosso tempo e ao qual a Magistratura não pode nem deve ficar indiferente.

Num momento em que se avizinha a entrada em vigor de uma profunda reforma do sistema judiciário, quero aqui expressar o meu sincero desejo que essa

reforma se revele útil para os destinatários e operadores da Justiça. Enquanto Presidente de um Tribunal Superior, estarei atento e disponível para receber e dar os contributos que forem entendidos como necessários e úteis.

As Instituições devem ser aquelas que, em primeiro lugar, devem acarinhar os que, no seu interior, fazem a diferença pela positiva.

É com este espírito que, com quebra do protocolo, peço um aplauso conjunto para o Exmo. Desembargador Sousa Pinto, que hoje cessa as funções de Vice-Presidente, e para o Exmo. Desembargador Orlando Nascimento que hoje lhe sucede nas mesmas funções de Vice-Presidente.

Obrigado a todos pela vossa presença.

Lisboa, 13 de Maio de 2014
(Luís Maria Vaz das Neves)